FOTO: DIVULGAÇÃO

TRABALHO REALIZADO NA ESCOLA

PROJETO VISÃO DO FUTURO

ROTARY TANGARÁ CIDADE ALTA INICIA TRIAGEM OFTALMOLÓGICA EM CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR

TRABALHO INICIADO COM 100 ALUNOS *no Centro Municipal de Ensino Fausto Masson*

FABÍOLA TORMES HOMSI / REDAÇÃO DS

O Rotary Club Tangará Cidade Alta deu início ao Projeto Visão do Futuro, um programa que busca melhorar a visão de crianças em idade escolar, através da distribuição de óculos e da promoção da saúde ocular. Ele tem como objetivo garantir que os alunos com problemas de visão possam ter acesso a uma educação de qualidade e a uma melhor qualidade de vida.

Para isso, iniciaram o trabalho de triagem com 100 alunos no Centro Municipal de Ensino Fausto Masson. "Nesse começo vão ser atendidas 100 crianças, passando por uma prévia oftalmológica, e que dessas vamos filtrar os casos que realmente tem uma necessidade maior de passar por um oftalmologista", explica o voluntário Bruno Luvizeto, ao reforçar que as consultas e os óculos, àqueles que necessitarem, serão doados pelo clube de serviço.

> ***ATENDER ESSAS CRIANÇAS QUE POSSAM TER ALGUM TIPO DE DIFICULDADE VISUAL***

Desta seleção inicial, muitos casos foram identificados na unidade escolar e seguirão para atendimento com profissional, no consultório. "Apareceram alguns casos mais graves, umas dioptrias mais elevadas, alto grau de miopia, alto grau de astigmatismo também. Mas, só lembrando que foi uma prévia, o aparelho dá uma base e só quem vai passar mesmo a dioptria exata é o oftalmologista", reforça.

Segundo o associado Vítor Campos, além da Fausto Masson, o projeto seguirá com triagens também em outras escolas. "O Rotary tem sempre como objetivo principal atender a comunidade mais carente. Então, as escolas municipais, de forma geral aqui de Tangará, visitaremos num futuro próximo. Nesse primeiro momento, selecionamos a escola Fausto Masson para estar atendendo esses alunos", afirma.

"Esse projeto tem como objetivo atender essas crianças que possam ter algum tipo de dificuldade visual, que é comum acontecer e muitas vezes essas crianças acabam desistindo ou ficando para trás, sendo reprovadas, e não pela capacidade intelectual, mas sim uma deficiência visual. Então, essa é a grande importância desse projeto", finaliza Campos.

FOTO: JLSIQUEIRA/ALMT

DEPUTADA ESTADUAL JANAINA RIVA

MATO GROSSO

Projeto garante direito de escolha a tipo de parto na rede pública

PL *quer garantir às gestantes direito de optar pela cesariana eletiva ou uso de analgesia no parto normal*

LAURA PETRAGLIA / DA ASSESSORIA DE GABINETE

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) apresentou um projeto de lei que garante às gestantes atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em Mato Grosso o direito de optar pela cesariana eletiva a partir da 39ª semana de gestação. A proposta também assegura o direito ao uso de analgesia durante o parto normal.

De acordo com o texto, a escolha pelo tipo de parto deverá ser respeitada, desde que não haja contraindicação médica fundamentada. Além disso, o projeto prevê que a gestante deve ser previamente informada sobre os benefícios do parto normal e os riscos do procedimento cirúrgico. "Essa lei já é realidade em São Paulo e como mulher, mãe e deputada tenho recebido muitos apelos neste sentido. O que vem acontecendo no nosso estado? Força-se o parto normal de mulheres jovens ou até mesmo de meninas de 14, 15 anos, onde muitas vezes acaba-se perdendo a vida do bebê e da gestante. Não dá para obrigar uma mulher a ter um parto normal. O parto normal, o parto natural, ele fala pelo nome, ele é natural, quando ele tem condições de ser natural. Mas não é o que acontece no SUS. Recentemente vimos exemplos de casos de bebês e mães morrendo em Sorriso, Rondonópolis e outros municípios de Mato Grosso em decorrência dessa insistência na manutenção do parto normal", disse.

> ***NÃO DÁ PARA OBRIGAR UMA MULHER A TER UM PARTO NORMAL***

Segundo Janaina, a proposta não visa incentivar a realização de um parto ou outro, mas sim garantir que a gestante tenha o direito de escolha, respeitadas as condições clínicas e as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde, além das orientações médicas", destacou a parlamentar na justificativa da matéria.

A matéria será encaminhada para análise nas comissões temáticas da Assembleia Legislativa antes de ser votada em plenário.